

Reunião no Planalto acaba com o bate-boca

O presidente Fernando Henrique Cardoso convocou a seu gabinete os ministros da Saúde, José Serra, e da Previdência, Waldeck Ornélas, ontem à tarde, para obrigá-los a encerrar a briga pública que os dois travam desde a última quinta-feira em torno da nova lei sobre filantropia. Pela manhã, em entrevista à TV Bandeirantes, o Presidente disse que a divergência seria encerrada com providências internas. Para ele, o desfecho desse episódio vai servir de exemplo para os outros integrantes do ministério. "Bate-boca em público, não!", disse o Presidente, segundo um assessor.

Diante da divergência, o Governo vai rediscutir a lei da filantropia recentemente aprovada pelo Congresso - o que representa uma vitória do ministro José Serra, que condenava a lei, enquanto o colega Waldeck Ornélas tomou a defesa. O porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, revelou que será constituída uma comissão, da qual

participarão os ministros José Serra e Waldeck Ornélas, para discutir a nova lei da filantropia de modo a não abrir brechas que permitam o uso indevido da isenção da contribuição previdenciária sob a alegação de filantropia, mas também não se pretende que hospitais sejam prejudicados indevidamente "por uma aplicação mais mecânica da legislação". "É um problema e os dois ministros vão contribuir para uma solução conjunta", afirmou o porta-voz da Presidência.

Por causa do fim da isenção de impostos determinada pela lei, o ministro José Serra chamou Ornélas de "sádico". Em resposta, Ornélas chamou Serra de "egocêntrico", "desagregador" e "patrocinador da pilantropia". Segundo o porta-voz da Presidência, a divergência teve origem "em informação incompleta sobre as referências pelo ministro da Saúde ao assunto".

Pela manhã, no Rio, o ministro da Previdência baixou o tom das

críticas que fizera no fim de semana ao colega José Serra em função das divergências sobre o fim da isenção do pagamento de contribuição previdenciária por entidades filantrópicas que não oferecem atendimento gratuito integral. Depois de ter dito que seu colega era "defensor da pilantropia", Ornélas afirmou que ele próprio e Serra têm o mesmo objetivo: "prestar serviço à população e moralizar os caminhos da filantropia".

Segundo o ministro da Previdência, existem atualmente sete mil entidades filantrópicas no País e as 100 maiores têm, juntas, renúncia fiscal de R\$ 1 bilhão. Ele garantiu que entidades como as Santas Casas de Misericórdia e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) continuarão tendo isenção total da cota patronal previdenciária. "O que elas vão deixar é de servir de biombo para esconder o que a imaginação popular chamou de pilantropia, um des-

vio fraudulento da filantropia", disse Ornélas.

O ministro lembrou que hoje encerra o prazo para que as entidades apresentem os certificados de fins filantrópicos ao Instituto Nacional de Seguridade Social. Estas informações serão comparadas com as que estão em poder do ministério. "O Governo não pode abrir mão de R\$ 2,3 bilhões (que é o valor total da renúncia fiscal de todas as entidades filantrópicas do País), sem saber que fim levam esses recursos", disse, Ornélas, revelando que de agora em diante todas as entidades terão de apresentar anualmente seu plano de trabalho assistencial. Essas informações serão analisadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social para que se compare as ações filantrópicas das entidades com o benefício da renúncia fiscal.

CRISTIANA LÔBO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA